

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Ata N.º 5

Sessão Ordinária realizada a 26-9-2022

Aos vinte e seis dias, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em Sessão Ordinária, pelas vinte e uma horas, na sala de sessões da Delegação da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO - Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A sessão foi presidida por Francisco José Soares dos Santos (PS), Presidente da Mesa, Nuno Miguel Cardoso Tereso (PS), Primeiro Secretário e Carlos Manuel da Encarnação Canelas (PS), Segundo Secretário.

Participaram em conformidade com a lista de presenças (Anexo I) que faz parte integrante desta ata, para além dos acima mencionados, os seguintes deputados: **PS** - Fátima de Jesus Lisboa Gonçalves, Carla Alexandra Prata, Sofia de Jesus Vidigal e Almada, Alexandra Sofia Pinelas da Silva. **CDU** - João Carlos Cavaco Peres, Joaquim António Lopes Batalha, Cátia Susana Veiga, Susana Simões da Cunha. **PSD** - Luís Miguel Garrett, João Filipe de Sousa Massacote, César David Duarte, Elsa Filipa Canastreiro Faria. **CDS** - Dora Maria Leitão. **BE** - António Luís Costa Oliveira. **IL** - Vanessa Fonseca. **CHEGA** - João Miguel Poças Marcelino.

Solicitaram **substituição para esta assembleia**, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro:

Deputado João Filipe Barata (PS), tendo sido substituído pela Deputada Carla Alexandra Prata.

Deputado Ricardo Duarte Amado (IL), tendo sido substituído pela Deputada Vanessa Fonseca.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “recebi da deputada Sara Oliveira (CDU) uma carta a renunciar ao mandato.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu posse à Sra. Susana Simões (CDU).

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** indicou a correspondência recebida e expedida, bem como as deslocações e presenças realizadas em representação da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro.

De seguida deu início ao período para a intervenção do público.

Usou da palavra o senhor **Manuel Marques**, cumprimentou todos os presentes e disse: “solicito ao senhor presidente da junta que interceda junto da Câmara Municipal para a limpeza de areias na Rua da Boa Esperança, Rua da Azinheira para que haja um bom escoamento de águas, solicito também que seja colocada uma placa proteção para os peões, junto do passeio que passa por cima da A33 e que dá acesso ao Bairro do Charqueirão, bem como o asfalto na Rua do Bom Sucesso. Quero também colocar uma questão ao senhor Presidente da Assembleia e a qual é extensiva a todos os eleitos locais desta Assembleia, se pensam com base na Lei n.º39/2021 de 24 de julho que define o regime jurídico, modificação e extinção de freguesias que revoga a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território da freguesia, cumpridas já e podendo já atuar, vão manter a união ou criar uma nova freguesia?”

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “irei fazer chegar as recomendações à Câmara Municipal do Montijo”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “desagregação das freguesias, já foi discutido aqui numa assembleia, em que a bancada da CDU apresentou uma moção e passo a ler um documento enviado pela Anafre.

O senhor **Presidente do Executivo** no uso da palavra disse: “independentemente da leitura feita e do que vem na lei, nós enquanto executivo e após a moção que foi apresentada, estamos a preparar o dossier e também já pedi um parecer à Anafre”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Deputado João Peres (CDU)** disse: “quero dar os parabéns à União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro pelo aniversário da freguesia, com a entrega da Barca Aldegalega a duas personalidades do Montijo que foram homenageadas na celebração do aniversário, e deixo a sugestão ao Presidente da Junta se todas as bancadas podem participar nessa eleição da barca aldegalega. Saudar a colocação de duas papeleiras na Praça 5 de Outubro, reivindicar uma vez mais a colocação de papeleiras na Rua António Fortunato de Sousa, Rua João Pedro Iça, Rua Combatentes da Grande Guerra e todo a quarteirão adjacente, assim como bebedouros ao longo da ciclovia. Há uns tempos foi abordado nesta Assembleia de Freguesia o problema de veículos pesados no Montijo e Afonsoeiro, quero perceber como é que está a situação, se está programada alguma reunião com o executivo da Câmara Municipal para resolver o problema que já se arrasta há muitos anos, reivindicar aqui também pelo arranjo de candeeiros de segurança junto das passadeiras e já que estamos nas passadeiras, deixar aqui uma nota também para a questão da passadeira na Av. De Olivença, junto ao novo Lidl, é um perigo enorme. Relativamente ao Largo Padre Gomes Pólvora, solicitar aqui a manutenção dos espaços verdes que é inexistente, para terminar deixar aqui uma sugestão em torno de reflexão e que tem muito a ver com a questão das crianças e dos idosos, hoje em dia os pais passam muito tempo nos empregos e temos que mudar as políticas públicas para que os pais tenham mais direitos, mais tempo de família de qualidade, é urgente que, quer a Câmara Municipal quer as Juntas de Freguesia promovam e desenvolvam em cada agrupamento escolar, projetos locais e programas educativos para cada contexto e idade das crianças, a que sejam úteis e acima de tudo eficazes, deixo aqui a nota para se convidar o Professor Carlos Neto, para que em conjunto com cada agrupamento,

professores, coordenadores e auxiliares educativos, desenvolvermos um projeto de educação conjunto para garantirmos o futuro das nossas crianças”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “posso começar pela última parte, essa proposta de trazer cá o Professor Carlos Neto, é sempre bem-vinda, podemos fazer uma conferência, mas não é uma competência nossa, terá de ser o ministério da educação a fazer esse convite, mas estamos abertos a isso. Agradeço a sua felicitação em relação ao aniversário da Junta de Freguesia, relativamente à eleição da barca Aldegalega, compete ao executivo decidir a quem entrega a barca, mas o que não invalida que possa haver alguma sugestão da parte dos deputados. Papeleiras, mostra que cumprimos aquilo que prometemos, não foram colocadas mais cedo porque não foram entregues. Veículos pesados, sempre que se fala aqui, eu encaminho para a Câmara Municipal, vou voltar a insistir e saber se há ou não alguma decisão para a construção de um parque de pesados. Passadeiras, continuo também a transmitir à Câmara Municipal. Largo Padre Gomes Pólvora, nós ainda não temos a competência da higiene urbana nem dos jardins, é uma situação que quer neste largo quer em outras artérias, vamos diariamente fazendo chegar à Câmara Municipal, para que façam a limpeza.

O senhor **Deputado César Duarte (PSD)** no uso da palavra disse: “ia falar também nas passadeiras, em especial na que se encontra em frente ao novo Lidl, é um perigo, devemos mesmo pressionar a Câmara Municipal, quero também falar na Av. D. Afonso Henriques, a curva de quem vem do Centro de Emprego, deve ser muito convidativa ao acidente porque há gente a grande velocidade na Rua Serpa Pinto, devia ser colocado também um espelho ou uma lombada para quem vem da rua das finanças. Na Rua Gago Coutinho em frente à farmácia Holon, tenho notado que quase todas as noites a rua fica inundada, pedia que a rega fosse revista”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “vou conversar com quem de direito para a possibilidade da colocação de uma rampa, rega na Rua Gago Coutinho vou ver também o que se passa”.

O senhor **Deputado João Marcelino** (CH) no uso da palavra disse: “vou ler cinco recomendações e um voto de condenação” (Anexo II, III, IV, V, VI e VII) que fazem parte integrante desta ata.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “relativamente à recomendação da requalificação das escolas, como o senhor Deputado sabe, isso não é uma competência da Junta de Freguesia, o que também fazer uma recomendação ultrapassa o que é a competência da Assembleia de Freguesia, dentro destas recomendações que o senhor deputado apresentou, a única que entra nas competências da Assembleia de Freguesia é a da requalificação dos parques infantis e sim devia propor um grupo de trabalho, todas as outras não fazem parte da competência da Junta”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “quero falar do parques infantis, que diz respeito à Junta, as outras não sendo da nossa competência, mas como a dos transportes diz o que as outras deveriam dizer, que a Junta de Freguesia faça as diligências junto da Câmara Municipal. Quero dizer em relação aos parques infantis que há aqui umas situações que convém esclarecer, não temos 50 parques infantis, mas sim 21, e em breve iremos ter 22, as pessoas atualmente quase que exigem um parque infantil junto da sua residência, tem sido muitos os emails que chegam nesse sentido, vamos dizendo que financeiramente não podemos lá chegar e também não se justifica. Em relação aos transportes e aproveitando a sua recomendação, dizer que para além de estarmos completamente solidários com os utentes e não sendo uma situação que nos diga qualquer respeito, só fomos chamados uma única vez pela Área Metropolitana de Lisboa, pelo que ficou decidido entre as Câmaras Municipais do Distrito e fiz ver quais as maiores preocupações, continuamos a receber muitas reclamações as quais fazemos chegar à área Metropolitana de Lisboa, já pedimos através de email reuniões com caráter de urgência, pelo que percebo o problema é a falta de motoristas”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “senhor Deputado, tal como fez na recomendação dos transportes, em que o Chega recomenda que a Junta de Freguesia faça diligências junto da Câmara Municipal, em relação às outras eu proponha o mesmo”.

O senhor **Deputado João Marcelino (CH)** disse: “sabemos que as recomendações transcendem a Junta de Freguesia, mas é esse o sentido delas que a Junta de Freguesia faça diligencias junto da Câmara Municipal”.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** disse: “relativamente a estas recomendações de facto, estas são recomendações do Chega, não mais do que isso, se as mesmas fizessem uma referência para que a Junta de Freguesia tomasse uma posição de recomendação, então aí seríamos todos a votar para depois serem entregues às entidades respetivas”.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** no uso da palavra disse: “no seguimento do que o senhor Deputado da CDU disse, eu volto a insistir sempre no mesmo ponto que é o facto do período antes da ordem do dia ser utilizado para supostamente e alegadamente a Assembleia de Freguesia se pronunciar e votar assuntos, alguns deles que não dizem respeito e não são da nossa competência isto porque o regimento e uma vez mais acho que se está a fazer uma leitura demasiada extensiva do artigo relativo ao período de antes da ordem do dia, porque qualquer assunto que seja da competência da Assembleia de Freguesia, pode e deve ser discutido aqui, aquilo que a bancada do PS tem vindo a fazer é a insistir para que se cumpra o regimento. Relativamente às recomendações que foram apresentadas faz-me a mim e aos restantes membros da nossa bancada infelizmente, propor uma nova alteração ao regimento, para que de uma vez por todas se clarifique o que pode ou não fazer parte do período antes da ordem do dia, que tem um limite de tempo e que não se compadece com a apresentação de documentos sobre os quais nós temos que nos debruçar com o respeito que os nossos fregueses merecem”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “em relação às recomendações feitas pelo Chega tais como foram feitas as recomendações pela CDU e PSD, nenhuma delas foram a votação, no meu ponto de vista a única que pode ser suscetível de votação e propor para aceitação é o voto de condenação”.

O senhor **Deputado João Marcelino (CH)** disse: “pareceu-me se estas recomendações fossem redigidas nos mesmos termos em que foi a dos transportes, todas poderiam ser aceites”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “eu vou propor todas as recomendações para aceitação”.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** disse: “senhor Presidente, estamos a discutir uma recomendação do Chega ou uma recomendação assumida pela Assembleia de Freguesia?”

O senhor **Deputado João Marcelino (CH)** disse: “o espírito destas recomendações é uma proposta que estamos a fazer à Assembleia, para que haja uma tomada de posição da Assembleia”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “visto as alterações que foram solicitadas e que foram aceites pela bancada do Chega, estão à aceitação as **Recomendações Requalificação das Escolas D. Pedro Varela e Poeta Joaquim Serra, Requalificação Parques Infantis, Requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade, Transportes, Requalificação da Zona Ribeirinha.**”

Não houve discussão.

A senhora **Deputada Vanessa Fonseca (IL)** no uso da palavra disse: “na última reunião de freguesia o senhor Presidente, informou os membros desta Assembleia que cerca de metade dos parques infantis seriam intervencionados e nós gostaríamos só de saber como está o processo neste momento? Passando aos jardins temos recebido vários relatos de fregueses e podemos constatarlos pessoalmente que uma parte substancial dos jardins encontram-se bastante deploráveis, pelo que nos informe que medidas irão tomar para a sua resolução, vou falar também das papeleiras, já sabemos que duas já foram colocadas, gostaríamos de saber qual a possibilidade de homologar outro tipo de papeleiras uma vez que o fornecedor não entrega as mesmas, como por exemplo as de metal que estão na Av. Amália Rodrigues colocadas pelo promotor imobiliário dos prédios que estão a ser construídos. Relativamente aos transportes e o

senhor Presidente já nos esclareceu em muito, mas gostaria de saber de toda a maneira a partir de agora o que é que podemos fazer como pressão à Câmara Municipal, para que se consiga pressionar o que está acordado no contrato. Por último perguntar à mesa, segundo o regimento desta Assembleia é a mesa que deve receber os pedidos de informação e ser esta a partilhar a informação solicitada aos deputados, assim em que estado se encontra o processo de pedido de informações enviadas pelo meu colega Ricardo Amado? Continua a aguardar o envio de informação relativo a vários procedimentos de contratação de serviços, qual o procedimento e quando tencionam responder?”

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “dos 14 parques que foram para fazer a manutenção estão praticamente todos a terminar, havendo alguns que por falta de matéria prima não foi ainda possível, iniciamos também a abertura de concurso para dois novos parques infantis, no Esteval e na Praça dos Descobrimentos, penso que ainda este mês sejam iniciadas as obras, em relação aos jardins e à relva vou falar com os serviços da Câmara Municipal, papeleiras não foram 2, foram 60, que chegaram e vão chegar mais 60, transportes quer a Câmara Municipal quer a Junta de Freguesia temos exigido soluções à AML que junto da TML, façam cumprir os acordos por eles assinados, estamos em cima do acontecimento e estamos solidários com a população. Dos pedidos solicitados à mesa, em conversa comigo e com o Deputado Ricardo, ultrapassamos a situação do pedido formal e combinámos marcar uma reunião onde vão ser esclarecidas todas as situações”.

A senhora **Deputada Vanessa Fonseca (IL)** leu uma Declaração Política (Anexo VIII) que faz parte integrante desta ata.

O senhor **Deputado António Oliveira (BE)** no uso da palavra disse: “quando é que serão colocadas as lombas na Av. Portas da Cidade ou então uns semáforos de peão, o transito cada vez é mais intenso, cada vez está mais perigoso passar aquelas vias, relativamente à Rua Leonardo Coimbra, temos postes com os fios a passar pelo alto e não pelo chão, o que está a tornar-se perigoso principalmente para as crianças. Transportes já foi tudo dito, mas queremos transportes de qualidade, se os ordenados fossem bem pagos, em princípio não havia falta de motoristas. Respondendo ao freguês Manuel Marques,

relativamente às Juntas de Freguesia, o Bloco de Esquerda é a favor da extinção das freguesias. Por fim quero perguntar à Junta, estamos perante uma crise económica, está tudo a aumentar e sei que a Junta faz o que pode em ajudar determinadas famílias carenciadas, mas já pensaram num reforço para essa ajuda? porque infelizmente mais casos vão aparecer a pedir apoio”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “em relação às lombas, vou novamente reportar à Câmara Municipal, transportes já falámos, acho que não é uma questão salarial é mesmo falta de motoristas. Criação de duas freguesias, a agregação nunca devia ter acontecido, se a Lei está correta ou não, não sei, não fui eu que a fiz e se a Lei diz que não pode haver uma freguesia com menos de 2% da área total do Concelho, eu não posso ir contra a Lei, a única coisa que me cabe é cumpri-la, em relação a esta crise que nos assola, a Junta de Freguesia continua de portas abertas para fazer os apoios”.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** leu uma Moção (Anexo IX) que faz parte integrante desta ata. Disse: “quero fazer um complemento ao foi dito pelo Deputado do BE, relativamente aos postes de eletricidade, fazer também um reparo na Alameda Zeca Afonso também temos postes em madeira onde os cabos das telecomunicações em pleno 2022, ainda existem cabos e aquilo parece um arraial, é uma Alameda de muita passagem os cabos deviam ser colocados pelo chão”.

O senhor **Presidente do Executivo** no uso da palavra disse: “nós já enviámos para várias operadoras a solicitar que sejam retirados os cabos, vamos continuar a insistir, além do perigo não faz sentido nos dias que corre haver cabos estendidos”.

A senhora **Deputada Cátia Veiga (CDU)** leu uma Moção (Anexo X) que faz parte integrante desta ata.

O senhor **Deputado João Peres (CDU)** no uso da palavra disse: “esta reivindicação aqui efetuada com os transportes e para dissipar um bocadinho aquilo que já foi dito relativamente à falta de motoristas, estou de acordo com o que disse o Deputado António Oliveira, o que há é uma política de baixos

salários, uma carga horária bastante abusiva e a degradação das condições de trabalho dos motoristas, temos que colocar em prática as penalidades da obrigatoriedade do contrato, independentemente daquilo ficar pior, as pessoas já estão por tudo e neste momento a situação é caótica e tem de existir medidas drásticas, se isto não resultar é fazer-se a criação de uma empresa pública de transportes capaz de responder às necessidades da população.”

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “quero apenas fazer um reparo, nunca disse que houve qualquer incompetência da Câmara Municipal ou dos Vereadores. A Junta de Freguesia não foi chamada, mas a Câmara foi e sempre fez as reivindicações necessárias e que são justas, temos de imputar as culpas à TML e à Alsa Tody a culpa não é das Câmaras Municipais”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “vamos propor para aceitação as Recomendações e o Voto de Condenação da Bancada do Chega e as Moções da Bancada da CDU, foram aceites, está aberta a discussão da **Recomendação da Requalificação das Escolas D. Pedro Varela e Poeta Joaquim Serra**”.

O senhor **Deputado João Peres** (CDU) disse: “em relação à primeira recomendação do Chega, consideramos que não é uma responsabilidade da Câmara Municipal nem da Junta é uma responsabilidade do Governo, portanto se existir essa alteração podemos”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação a Recomendação.

Deliberação: Reprovada, com 4 votos contra da CDU, 13 abstenções (7 do PS, 1 da IL, 4 PSD e 1 CDS) e 2 votos a favor (1 do BE e 1 do CH).

A senhora **Deputada Fátima Lisboa** (PS) no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “a bancada do PS absteve-se porque como é do conhecimento de todos, isto não é uma matéria da competência da Assembleia de Freguesia nem da Junta de Freguesia, portanto o nosso voto vai nesse sentido, não propriamente por estarmos contra aquilo que deve ser feito, mas pela total falta de competência desta matéria para nos pronunciarmos”.

O senhor **Deputado João Peres (CDU)** disse: “relativamente à questão da declaração de voto reiteramos aquilo que dissemos há pouco, votamos contra porque isto não é da responsabilidade da Junta nem da Câmara”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “está proposta para aceitação e aberta a discussão da **Recomendação Requalificação dos Parques Infantis**”.

Não houve discussão.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação a Recomendação.

Deliberação: Reprovada, com 16 votos contra (7 do PS, 1 do BE, 1 da IL, 4 da CDU, 1 do CDS e 2 do PSD), 2 abstenções do PSD e 1 voto a favor do CH.

O senhor **Deputado João Peres (CDU)** no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “a bancada da CDU encontrou muitas incoerências a esta situação, porque não são 50 parques infantis como está descrito e somos totalmente contra a reativação dos parques infantis, antes pelo contrário é necessário cada vez mais criar melhores, mais, com mais condições e inclusivamente inclusivos, porque isso também é uma das grandes lutas da CDU”.

O senhor **Deputado António Oliveira (BE)** no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “o BE vota contra esta medida porque como já disse o colega da CDU não são 50 parques, mas sim 21, dá a impressão que contou duas vezes o mesmo parque e esta parte é muito importante, nunca podemos tirar a liberdade das crianças e a redução de parques é tirar a liberdade dos mais novos e se temos de combater a obesidade infantil é brincar cá fora, não é agarrados aos computadores nem aos telemóveis”.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “a bancada do PS votou contra e já e conhecida a nossa posição relativamente áquilo que tem sido o trabalho da Junta de Freguesia no que aos parques infantis diz respeito e, portanto, nós não concordamos de todo com o teor desta recomendação”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação a **Recomendação da Requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade**.

Deliberação: 1 voto a favor do CH, 17 abstenções (7 do PS, 1 do BE, 1 da IL, 4 da CDU e 4 do PSD) 1 voto contra do CDS.

O senhor **Deputado João Peres (CDU)** no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “relativamente a esta recomendação da bancada do Chega, somos totalmente a favor da requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade, apesar do projeto que existe já estar completamente obsoleto e incluímos aqui, e damos a sugestão de criar uma comunidade relativamente à projeção daquilo que poderá eventualmente existir naquela praça uma criação de um banco de ideias com arquitetos com engenheiros e aberta às escolas de arquitetura, não só portugueses, mas também aos alunos que estão em Erasmus e portanto fica aqui essa sugestão”.

A senhora **Deputada Dora Leitão (CDS)** no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “o meu voto contra não é propriamente a requalificação da praça, mas sim como a recomendação está feita, remetemos para um plano que já tem muitos anos, é anterior a 2011, haveria a possibilidade de o pôr em prática nessa altura com um programa de fundos comunitários e que acabou por não acontecer, a requalificação sim, mas pensar noutra forma e com uma coisa mais recente.”

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “está aberta a discussão da **Recomendação Transportes**”.

Não houve discussão.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação a **Recomendação**.

Deliberação: Aprovada, com 7 votos a favor (1 do CH, 1 da IL, 1 do BE, 4 da CDU), 12 abstenções (7 do PS, 4 do PSD, 1 do CDS) e zero votos contra.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “está aberta a discussão da **Recomendação Requalificação da Zona Ribeirinha**”.

Não houve discussão.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação a **Recomendação**.

Deliberação: Aprovada, com 6 votos a favor (1 do CH, 1 do BE e 4 da CDU), 13 abstenções (7 do PS, 1 da IL, 4 do PSD, 1 do CDS) e zero votos contra.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “está aberta a discussão do **Voto de Condenação Bandeira do Arco-Íris**”.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** disse: “desconhecia de facto todos os documentos que foram apresentados pela bancada do Chega, por impossibilidade de tempo para os ler, só consegui tempo para ler o primeiro que abri e infelizmente foi este, e digo infelizmente por várias razões, desde logo por dizer que o senhor Deputado do Chega perdeu algum tempo para tentar encontrar um artigo na constituição da República Portuguesa para justificar aquilo que é o conteúdo deste documento, poderia ter parado logo no primeiro artigo da nossa constituição que diz efetivamente que Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, ora bem podia ter parado logo aqui, porque isso era logo a primeira razão pela qual não deveria, nunca condenar o hastear de uma bandeira que simboliza desde logo a luta de uma comunidade que tem sido alvo de uma discriminação atroz, esta é a primeira consideração, a segunda é relativamente ao artigo que foi invocado para justificar o conteúdo deste documento, não sei se sabe, mas tem como título a liberdade de educar, e que em nada tem em ver com uma justificação para servir de base a uma comparação errada e nem tenho como justificar, porque desconheço a constituição de Espanha, mas certamente que se pauta pela defesa e direitos de liberdades e garantias do ser humano, não há de ser diferente daquilo que o Estado Português defende, portanto a ser verdade que um tribunal em Espanha se pronunciou nesse sentido, eu desconheço, depois no meu entender aquilo que é inconstitucional é de facto o conteúdo deste documento, porque vai contra tudo aquilo que são os princípios fundamentais da nossa constituição, portanto no entender da Bancada do PS, não é só possível votar contra, mas repudiá-lo inteiramente.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação o Voto de Condenação.

Deliberação: Reprovada, com 16 votos contra (7 do PS, 1 do BE, 4 da CDU, 4 do PSD e 1 do CDS) 1 a favor do CH e 1 abstenção da IL.

O senhor **Deputado António Oliveira (BE)** no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “é pena que em pleno século XXI, ainda exista estes sintomas de homofobia, isto não tem explicação as pessoas devem ser válidas pela sua competência e pela sua maneira de ser e não pela sua orientação sexual”.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “a minha intervenção anterior podia servir como declaração de voto, mas eu vou reiterar aquilo que é o entender da Bancada do PS, no sentido de dizer que Portugal enquanto Estado Democrático obriga-se a defender os direitos, liberdade e garantias de qualquer ser humano, é nesse sentido que todos nós nos devemos empenhar e é nesse sentido que todos nós fomos eleitos”.

O senhor **Deputado João Peres (CDU)** no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “a Bancada da CDU vota contra e não só vota contra como condena o facto desta aberração que aqui foi trazida em pleno Século XXI, de facto não faz qualquer sentido independentemente de todas as opções de cada um que são válidas e temos que respeitar, além do mais esta condenação está muito mal redigida porque este artigo 43.º que aqui é referido nem sequer existe”.

O senhor **Deputado João Marcelino (CH)** disse: “eu quero aqui fazer notar que este voto de condenação se inspirou numa decisão judicial em que um tribunal se pronunciou sobre esta questão, informei-me junto de juristas, efetivamente dei conta que as entidades públicas em Portugal têm de seguir um dever de neutralidade relativamente ideológico”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “está aberta a discussão da **Moção Transportes Públicos**”.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** disse: “esta moção tem uma componente que aqui já foi referida por quase todos os que intervieram sobre os transportes, incluindo o senhor Presidente da Junta, da qual referiu e muito bem que a própria Junta estaria de acordo com as posições das comissões de utentes e dos utentes dos transportes e é também um alerta para aquilo que se está a passar e para as responsabilidades e para a pressão que a Câmara Municipal e os próprios utentes terão que fazer, para que os transportes públicos sejam uma realidade, já começaram por ser uma realidade benéfica com a redução dos passes sociais”.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** disse: “o senhor Presidente da Junta já demonstrou aqui e bem aquilo que é a posição não só da Junta como do PS, o Presidente da Câmara Municipal tem estado presente em todas as reuniões e, portanto, a Bancada do PS aquilo que sugere relativamente à votação desta moção, se a CDU retirar do texto da moção o paragrafo relativo ao apoiar o abaixo assinado dos utentes, a Bancada do PS não vê problema nenhum em votar favoravelmente esta Moção”.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** disse: “nós não vamos aceitar de facto essa situação porque o cerne dessa proposta é nesse sentido, não há que ter medo”.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** disse: “relativamente a esta matéria aquilo que a Bancada do PS disse, não foi que tem medo, aquilo que eu disse é que nós não podemos votar favoravelmente uma tomada de posição relativamente a um documento cujo teor se desconhece”.

O senhor **Deputado João Peres (CDU)** disse: “relativamente a este ponto, reitero as palavras do senhor Deputado Joaquim Batalha, nós não vamos retirar esse ponto, antes pelo contrário este é um dos pontos mais fortes desta moção que aqui está implícita claramente a luta dos utentes”.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** disse: “o senhor Presidente do Executivo reiterou aquilo que são as preocupações não só da Junta, também refletem obviamente as preocupações da Bancada do PS e o empenho existe

não só dos autarcas eleitos pela CDU, portanto a preocupação é comum, não podemos é votar favoravelmente documentos que desconhecemos”.

Deliberação: Aprovada, com 7 votos a favor (4 da CDU, 1 do BE, 1 da IL e 1 do CH), 12 abstenções (7 PS, 4 PSD e 1 CDS) e zero votos contra.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** disse: “a minha intervenção vai servir como declaração de voto da Bancada do PS”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “está aberta a discussão da **Moção Novo Aeroporto**”.

Não houve discussão.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação a **Moção**.

Deliberação: 5 votos a favor (4 da CDU e 1 do BE), 5 votos contra (4 do PSD e 1 CH) e 9 abstenções (7 do PS, 1 da IL e 1 CDS).

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, com o seguinte teor: “ a Bancada do PS absteve-se, isto porque no que à construção do novo aeroporto diz respeito, é mais conhecida a posição do PS no sentido de trazer para o Município do Montijo novo aeroporto, mas atenção aquilo que o documento apresentado pela CDU diz, é que a construção do novo aeroporto abrangendo parte do campo de tiro de Alcochete, nós desconhecemos e nessa matéria estamos a aguardar que sejam movidas todas as forças políticas e portanto o sentido da nossa abstenção vai também nesse sentido”.

A senhora **Deputada Vanessa Fonseca (IL)** leu uma Declaração de Voto (Anexo XI) que faz parte integrante desta ata.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação as Atas nº 3 e 4.

Deliberação: Aprovadas por unanimidade pelos membros que estiveram presentes na reunião a que respeita as referidas atas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO ÚNICO - “Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.

O senhor **Presidente do Executivo** no uso da palavra disse: “estou disponível para qualquer esclarecimento”.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** disse: “ quero fazer uma retificação ao documento na página 9, no mapa e no quadro a comparação de despesas com o período anterior, o mapa é de despesa e está receita arrecadada, relativamente às despesas que a Junta de Freguesia teve comparativamente ao período anterior, só para dizer que de facto o aumento de 300%, em aquisição de bens e serviços é uma referência relativamente àquilo que nós temos dito, a Junta de Freguesia faz muita contratação, mas não tem equipamento nem estrutura montada e nós fazemos mais uma vez o apelo para que a Junta arranje os meios para que esta rubrica não seja tão elevada”.

O senhor **Presidente do Executivo** no uso da palavra disse: “senhor Deputado Batalha, não é totalmente correto a sua afirmação, se calhar não viu bem qual foi a rubrica onde nós tivemos mais contratações, efetivamente estes 300%, devem-se aos catorze parques infantis onde foram feitas as manutenções e aí continuamos a não poder ter no nosso quadro de pessoal, pessoal qualificado para tal e os restantes também não foi contratado a qualquer empresa privada, porque também foi gasto na rubrica da cultura”.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** disse: “as opções cada um toma as suas e o senhor Presidente tem toda a legitimidade para tomar as opções que entender. Relativamente às escolas nas atividades de participação mais relevantes, vem muita das vezes aquisição de tintas, gostava de saber se se coloca lá as tintas e alguém vai pintar?”

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “duas razões muito específicas para essa situação, a primeira as escolas pedem as tintas para os alunos pintarem o chão com motivos alusivos, a segunda com base no acordo de execução que

temos com a Câmara Municipal, temos um funcionário na Junta que faz os trabalhos de carpintaria, pintura, canalização e muitas vezes pinta um muro, uma parede”.


A senhora **Deputada Vanessa Fonseca (IL)** disse: “relativamente ao festival Sons no Montijo a Iniciativa Liberal sente que faltou a devida publicidade para uma maior adesão do festival, gostaríamos de saber qual a adesão em número de bilhetes adquiridos e por tipologia se um ou dois dias, quais foram as receitas e despesas do evento e a percentagem de bilhetes oferecidos versus adquiridos e se há algum relatório a quem foram oferecidos?”

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “ainda não temos o nosso relatório totalmente concluído, sem ter números fixos posso dizer que a adesão ficou muito aquém do que poderíamos esperar, corroboro com a sua posição relativamente à divulgação do espetáculo, já revemos os erros que foram cometidos e aquilo que há a fazer no futuro, tivemos mais bilhetes vendidos para um dia, tivemos mais despesas que receitas, mas de futuro queremos que este evento fique marcado na parte cultural da freguesia.

E, nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata, (Anexo XII), e que foi assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim Vera Ferraz que a redigi.

Deu-se por encerrada a ordem de trabalhos eram zero horas e nove minutos.

O Presidente da Assembleia de Freguesia




Francisco Sá

O 1º Secretário



Vera Ferraz

O 2º Secretário



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO

LISTA DE PRESENÇAS

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA REALIZADA EM 26/9/2022	
Luís Miguel Matos Garrett	✓
João Carlos Cavaco Peres	✓
Francisco José Soares dos Santos	✓
João Filipe de Sousa Pinho Massacote	✓
Fátima de Jesus Lisboa Gonçalves	✓
Joaquim António Lopes da Silva Batalha	✓
Dora Maria Baeta Leitão	✓
Alexandra Sofia Pinelas da Silva	✓
João Miguel Poças da Cruz Marcelino	✓
Sofia de Jesus Vidigal e Almada	✓
César David Baeta Duarte	✓
Cátia Susana Pereira Veiga	✓
António Luís Costa Oliveira	✓
Vanessa Fonseca	✓
Nuno Miguel Cardoso Tereso	✓
Elsa Filipa dos Santos Canastreiro Faria	✓
Susana Simões da Cunha	✓
Carla Alexandra Prata	✓
Carlos Manuel da Encarnação Canelas	✓

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
MONTIJO E AFONSOEIRO

Fátima Santos

Concelhia de Montijo



Recomendação

Requalificação das Escolas

D. Pedro Varela

Poeta Joaquim Serra

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

As escolas em epígrafe lecionam em condições degradadas fruto da falta de investimento e do arrastar da provisoriedade das soluções instaladas.

Recomendação

O CHEGA! recomenda que o município, estabeleça com o Ministério da Educação um contrato programa ou protocolo para remodelar os referidos estabelecimentos de ensino, desatualizados face às atuais exigências educativas, recorrendo se necessário à margem de endividamento, para agilizar o processo.

O Eleito do Chega à Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

26.09.2022

João Marcelino

Concelhia de Montijo

**Recomendação****Requalificação Parques Infantis**

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

Foi aprovado na última Assembleia de Freguesia uma verba vultuosa para requalificação de cerca de 50 Parques Infantis. Tendo em conta a experiência de outros municípios, a manutenção de um grande número de Parques Infantis numa cidade, comporta o dispêndio de verbas do erário público elevadas e dificuldade de os manter em perfeitas condições de funcionamento tendo em conta os atos de vandalismo.

Recomendação

O CHEGA! recomenda que seja feito um Plano Integrado de Avaliação do Parque de Parques Infantis e seja escolhido um número mais reduzido de parques, sítios em locais estratégicos e os quais sejam objeto de particular cuidado para que estejam sempre em perfeitas condições de funcionamento. Desta forma as famílias escolherão os parques de um conjunto mais pequeno mas em que há a garantia de estarem em bom estado.

O Eleito do Chega à Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

26.09.2022

João Marcelino



Recomendação

Requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

É do conhecimento do CHEGA! que existe um plano de requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade, adjacente ao edifício dos Paços do Concelho, plano esse aprovado em 2011.

Assim, estranha-se que a operação de requalificação esteja parada há muitos anos.

Recomendação

O CHEGA! recomenda que sejam ativadas com a brevidade possível a execução dos planos de requalificação aprovados e a execução das obras de requalificação aí previstas podendo haver atualização do referido projeto de 2011.

O Eleito do Chega à Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

26.09.2022

João Marcelino



Recomendação

Transportes

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

Verifica-se atualmente grande insatisfação por parte dos fregueses relativamente aos horários em horas de pontas e à insuficiência de autocarros. A insatisfação é tanta que foi criado um grupo informal na internet que compareceu última reunião de Câmara para reclamar um melhor serviço aos utentes por parte da Carris Metropolitana.

Recomendação

O CHEGA! recomenda que a Junta de Freguesia faça diligências junto da Câmara no sentido de ter um serviço digno e com melhorias substantivas aos fregueses de Montijo.

O Eleito do Chega à Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

26.09.2022

João Marcelino



Recomendação

Requalificação da Zona Ribeirinha

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

É do conhecimento do CHEGA! que existe um plano de requalificação da zona ribeirinha em terrenos que são propriedade do município.

Assim, estranha-se que a operação de requalificação esteja parada.

Recomendação

O CHEGA! recomenda que a Junta de Freguesia faça diligências junto da Câmara no sentido de serem ativadas com a brevidade possível a execução dos planos de requalificação aprovados e a execução das obras de requalificação aí previstas.

O Montijo dispõe de uma frente de rio de dimensões e beleza natural de fazer inveja aos municípios ribeirinhos.

Todavia a frente ribeirinha mantém-se substancialmente sub-aproveitada e desqualificada.

O Eleito do Chega à Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

26.09.2022

João Marcelino



Voto de condenação

Bandeira do arco-íris

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

Tendo sido a bandeira do arco-íris hasteada ao lado da bandeira nacional durante o passado mês de Junho no edifício da Câmara Municipal, sito na Freguesia do Montijo, propõe-se um voto de condenação.

Em recente decisão do Tribunal Superior de Justiça de Castela e Leão no país vizinho, um procedimento similar por parte da Câmara de Valladolid, mereceu condenação do referido Tribunal que sobre o assunto se pronunciou nestes termos:

- "A exibição da bandeira do arco-íris viola o princípio da neutralidade ideológica ou política."
- "A bandeira do arco-íris é um símbolo com peso ou significado ideológico suficiente que transcende o meramente social, penetrando o político."

O CHEGA! considera que o hastear da bandeira do arco-íris é ilegal porque a administração pública tem o dever constitucional de manter uma posição neutra e imparcial nos termos do nº 2 do artº 43º da CRP, manifestando o hastear desta bandeira uma opção ideológica.

O Eleito do Chega à Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

26.09.2022

João Marcelino

Declaração Política

Constituição Liberal de 1822

Em 23 de Setembro assinalaram-se os 200 anos da Constituição Liberal de 1822. Apesar da sua curta duração, cerca de 9 meses, lançou as bases para o fim da autocracia monárquica e permitiu a criação do parlamentarismo e apesar da sua tímida expressão, foi a sua pedra basilar.

Entre as diversas alterações que introduziu, uma tem expressão naquilo que aqui nos propomos fazer pois foi com a constituição liberal de 1822 que se deu início à descentralização do Estado e à criação da municipalização, onde a freguesia é a sua expressão mais elementar.

Nesse texto, com paralelismo nas correntes liberais da época, evoca-se o poder como pertença das pessoas e não do Rei, do Divino ou do Estado. O maravilhoso artigo 2 resume na sua simplicidade o preceito do primado da lei quando diz que: A liberdade consiste em não ser obrigado a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe.

Volvidos 200 anos, importa reverenciar aquela constituição, de curta duração, e reconhecer o seu poder transformador.

Há 200 anos, o País e as suas gentes encontravam-se perante desafios não muito diferentes daqueles com que hoje nos deparamos. A profunda crise que se vivia, assola-nos ao virar da esquina do tempo, e a liberdade, pertença do povo, ainda é igualmente desafiada, como outrora.

A iniciativa liberal é a herdeira orgulhosa do espírito fundador da constituição de 1822 e que permite a todas as forças políticas expressarem-se livre e democraticamente, mesmo que não subscrevam essa liberdade.

Montijo, 26 de setembro de 2022

Deputada da Assembleia da Junta de Freguesia pela Iniciativa Liberal,

Vanessa Fonseca



MOÇÃO

Considerando que a população de Montijo não deve ser alvo de instrumentalização para falsos pretextos , e que o futuro Novo Aeroporto de Lisboa deve servir o País;

Considerando os estudos existentes e a minimização dos impactos ambientais, referentes à localização no Campo de Tiro de Alcochete, reconhecidamente por técnicos e especialistas, como o que melhor serve os interesses nacionais, em todas as vertentes, ambientais económicas e sociais.

Considerando que as recentes notícias vindas a público, reafirmam os compromissos e contradições dos sucessivos governos do PSD/CDS e PS, que colocaram os interesses da multinacional Vinci acima do interesse Nacional, Regional e do Concelho do Montijo.

Considerando que é cada vez mais claro , que a solução de fundo e que melhor serve os interesses nacionais, é a construção faseada de um novo Aeroporto Público nos terrenos públicos do Campo de Tiro, grande parte situado na Freguesia de Canha, concelho de Montijo.

Considerando que já foi aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal , uma moção de apoio à construção faseada do Novo Aeroporto Público no campo de tiro.

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo/Afonsoeiro, propõem que esta Assembleia de Freguesia realizada em 26 de Outubro de 2022, delibere:

- Apoiar a construção do Novo Aeroporto de Lisboa , de forma faseada nos terrenos do Campo de Tiro de Alcochete , grande parte situado na Freguesia de Canha, Concelho do Montijo, por ser a localização que melhor serve os interesses Nacionais , regionais e do Concelho do Montijo

Afonsoeiro, 26 de Setembro 2022

Eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia do Montijo/Afonsoeiro



MOÇÃO

Considerando, que fruto de vários anos de luta de utentes dos transportes públicos e autarcas, no dia 1 de Abril de 2019 concretizou-se o alargamento do Passe Social Intermodal a todos os operadores de transportes públicos, a todas as carreiras e a todo o território da Área Metropolitana de Lisboa.

Considerando, positivamente o que significou nos bolsos dos utentes a redução do custo do Passe Social e o importante contributo para a necessária melhoria climática.

Considerando, que esta medida, levava ao previsível e desejável aumento de utentes dos transportes públicos.

Considerando por isso, a chamada de atenção que foi feita, logo após a aprovação do passe social, para que a qualidade e o aumento dos transportes, responda às reais necessidades dos utentes, condição fundamental para a defesa e reforço do passe social.

Considerando, que a Câmara Municipal, foi por várias vezes alertada, para que tomasse medidas no sentido de acabar com a falta de transportes públicos, nomeadamente nas ligações a Lisboa, que origina que utentes fiquem em terra, com todos os prejuízos daí decorrentes.

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro do dia 26 de Setembro de 2022 propõem a seguinte deliberação :

- Exigir que a Câmara Municipal, que delegou competências mas não responsabilidades, tome todas as medidas, junto de quem de direito, pelo cumprimento dos contratos estabelecidos com as transportadoras Alsa Tody.
- Apoiar o abaixo assinado dos utentes, contra a insuficiência de transportes nas ligações a Lisboa e as iniciativas que a Comissão de Utenes dos Transportes Públicos do Concelho do Montijo decida tomar, em defesa do direito à mobilidade das populações.

Afonsoeiro, 26 de Setembro 2022

Eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia do Montijo/Afonsoeiro

Declaração de Voto
relativa a moção 2 apresentada pela Bancada da CDU

Vanessa Fonseca

Membro da Assembleia da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro pela Iniciativa Liberal

A solução aeroportuária deverá ser muitíssimo escrutinada, atendendo a que já basta o gasto que se realizou na TAP. O conhecimento do plano financeiro, onde os terrenos da Portela se incluem, é essencial numa tomada de posição diferente da abstenção

Montijo, 26 de setembro de 2022

Deputada da Assembleia da Junta de Freguesia pela Iniciativa Liberal,
Vanessa Fonseca

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO
MINUTA DA ATA Nº 5 /2021 - 2025
26 | SETEMBRO | 2022

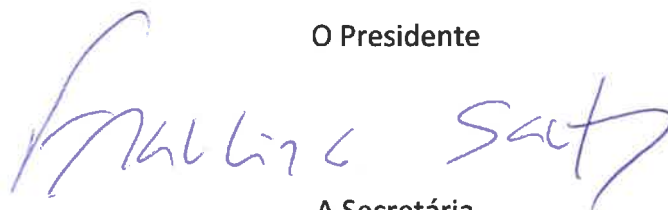
ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em Sessão Ordinária pelas vinte e uma horas com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO ÚNICO – “Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Nada mais havendo a tratar, finalizou a reunião eram 00:09 , da qual se lavrou a presente minuta da ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Francisco José Soares dos Santos e por mim, Vera Mónica Ferraz, que a redigi. -----

O Presidente



A Secretária

